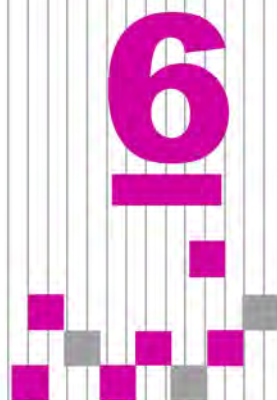


akra
BARBARION
Sesimbra, cultura e património



Akra Barbarion

Ficha Técnica

Edição

Câmara Municipal de Sesimbra

Título

Akra Barbarion
Sesimbra, cultura e património

Colaboraram neste número

Duarte Nuno Chaves
Francisco Rasteiro
Henrique Matias
Hugo Morais
João Luís Cardoso
João Santos
Jorge Custódio
José Augusto Cunha Freitas Oliveira
Luciana de Jesus
Patrícia Azevedo Godinho
Pedro Alves
Rui Marques

Coordenação Editorial

Divisão de Cultura
Unidade Técnica de Arquivo e Documentação

Revisão e Produção Editorial

Divisão de Cultura
Unidade Técnica de Arquivo e Documentação

6

Ilustração da capa

Sandra Verissimo

Paginação

Carla Paulo

Produção

Espírito do Papel

Tiragem

500 exemplares
Data de Edição: dezembro de 2022

Periodicidade

Anual

ISSN

2183-5756

Depósito Legal

396277/15

P.V.P

9 €

(A aplicação do novo acordo ortográfico ficou ao critério dos autores)



A Lapa do Bugio (Sesimbra): história das escavações realizadas*

João Luís Cardoso
Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa)
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos
do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)
Investigador integrado do ICArEHB (Universidade do Algarve)
cardoso18@netvisao.pt

Resumo

Com base em documentação na sua quase totalidade inédita, caracterizam-se as diversas fases e vicissitudes da exploração arqueológica da Lapa do Bugio (Sesimbra), desde a identificação do seu interesse arqueológico em Outubro de 1957, até à conclusão dos trabalhos de campo, em Dezembro de 1968, associando-as aos seus autores, outros intervenientes, tanto personalidades como instituições.

Palavras-chave: Lapa do Bugio; necrópole; Neolítico; Calcolítico; historiografia; Sesimbra

Abstract

Based on almost entirely unpublished documentation, the various phases and vicissitudes of the archaeological exploration of Lapa do Bugio (Sesimbra) are characterized, since the identification of its archaeological interest in October 1957, until the conclusion of the fieldwork, in December 1968, associating them with their authors and other actors, both personalities and institutions.

Keywords: Lapa do Bugio; necropolis; Neolithic; Chalcolithic; historiography; Sesimbra

1 – Localização

A Lapa do Bugio é uma cavidade natural situada no rebordo sul da plataforma de abrasão marinha basculada que termina no Cabo Espichel, dominando o litoral meridional da Península de Setúbal, existente na escarpa de calcários jurássicos que margina a referida plataforma. As suas coordenadas são as seguintes (Fig. 1):

Latitude: 38°25'56.05"N

Longitude: 9°10'12.9"W

*A documentação gráfica publicada pertence ao arquivo OVF/JLC, propriedade do autor.





Fig. 1 – Localização da Lapa do Bugio na Carta Militar de Portugal e na Península Ibérica na escala de 1/25000, folha 464.

2 – Identificação e primeiros trabalhos arqueológicos - 1957

Com base nos apontamentos autógrafos de Eduardo da Cunha Serrão, feitos a partir das informações por ele recolhidas directamente de Rafael Monteiro (Fig. 2), conclui-se que foi este último investigador local da história de Sesimbra que reconheceu o interesse arqueológico da gruta, no dia 16 de Outubro de 1957.

Lapa do Bugio
Segundo Rafael Monteiro

No lugar da "Serra da Agóia" na freguesia da N.ª S.ª da Consolação do Pestelo, ao pé da estrada da Sautoma - Cabo Espichel, à altitude de 140 m. Precisamente a _____ metros adiante, no caminho do presente, da casa da Tia Emília, mulher do João Seda.

A existência da lapa, foi-me revelada no manhã do dia 16 de Out.º 1957, num café, no Castelo, em conversa com a referida Tia Emília. Convinquei o facto ao Dr. Calisto, convidando-o a fazer e no referido dia 16, fizemos as 3 a 14 visita ao local. No local, num café da Tia Emília, indicou-nos o "Barrão do Pólvora" que nos avisou de "Lapa da Furada" por ser um freixo do lugar desse nome. Só entramos nesta última (a _____ metros, no caminho do nascente da Lapa do Bugio) e nos na do Bugio, por a entrada por esteira e alugar a pastagem. Foi-nos dito que de ambas as grutas haviamos trazido, há cerca de 10/15 anos, objectos de barro: alquidary grossos,

Fig. 2 – Primeira página dos apontamentos de Eduardo da Cunha Serrão a partir das informações prestadas por Rafael Monteiro sobre a identificação e primeiras investigações arqueológicas na Lapa do Bugio, em Outubro de 1957.

No dia referido, acompanhado de populares residentes no lugar da Serra da Azóia, Rafael Monteiro procedeu a um reconhecimento ao local da gruta, tendo recolhido informações de dali serem provenientes cerâmicas grosseiras, colhidas há 10/15 anos, o que situa tais iniciativas cerca de 1945/1950; na altura, teve conhecimento de outras grutas situadas muito próximo, uma das quais designou como Lapa da Furada, a qual foi ulteriormente escavada em 1992 e em 1993 pelo signatário, encontrando-se os principais resultados já publicados (CARDOSO, 1993; CARDOSO & CUNHA, 1995; CARDOSO, 1997).

Na Lapa do Bugio não foi possível entrar, devido à passagem ser estreita e obrigar a rastejar.

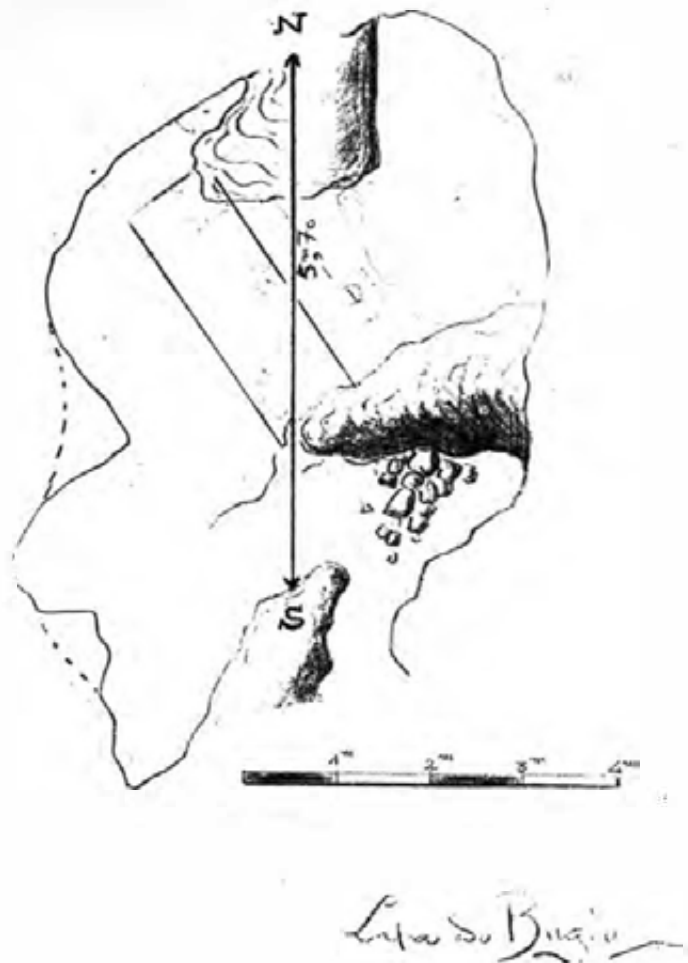


Fig. 3 – Esboço feito à vista do interior da Lapa do Bugio por Eduardo da Cunha Serrão, realizado aquando das primeiras investigações arqueológicas na Lapa do Bugio em Outubro de 1957.

No dia 18 de Outubro de 1957, Rafael Monteiro procedeu a nova visita à Lapa do Bugio com diversos companheiros. Os espólios cerâmicos e líticos então recolhidos, acompanhados de alguns restos humanos, vieram confirmar o interesse arqueológico da cavidade, cuja entrada se encontrava de há muito obstruída com



blocos, denotando a ausência de perturbações recentes, o que seria explicado pelos receios existentes na população local em entrar em grutas. Neste mesmo dia Rafael Monteiro contactou por telefone o Dr. Eduardo da Cunha Serrão, informando-o do interesse da necrópole, que por certo merecia exploração.

Com base nos apontamentos conservados, a primeira intervenção arqueológica na gruta realizou-se logo no dia 21 de Outubro, prosseguindo as explorações nos dias seguintes, já que Eduardo da Cunha Serrão visitou apenas a gruta pela primeira vez a 25 de Outubro. No decurso desses dias, Rafael Monteiro procedeu ao rebaixamento de uma área de planta rectangular situada no centro da gruta (Fig. 3), registando-se as coordenadas dos achados mais importantes, igualmente registados em esboços suficientemente explícitos, a ponto de permitirem a identificação efectiva dos objectos, graças aos dotes artísticos de E. da Cunha Serrão, que os desenhou (Fig. 4 e Fig. 5).

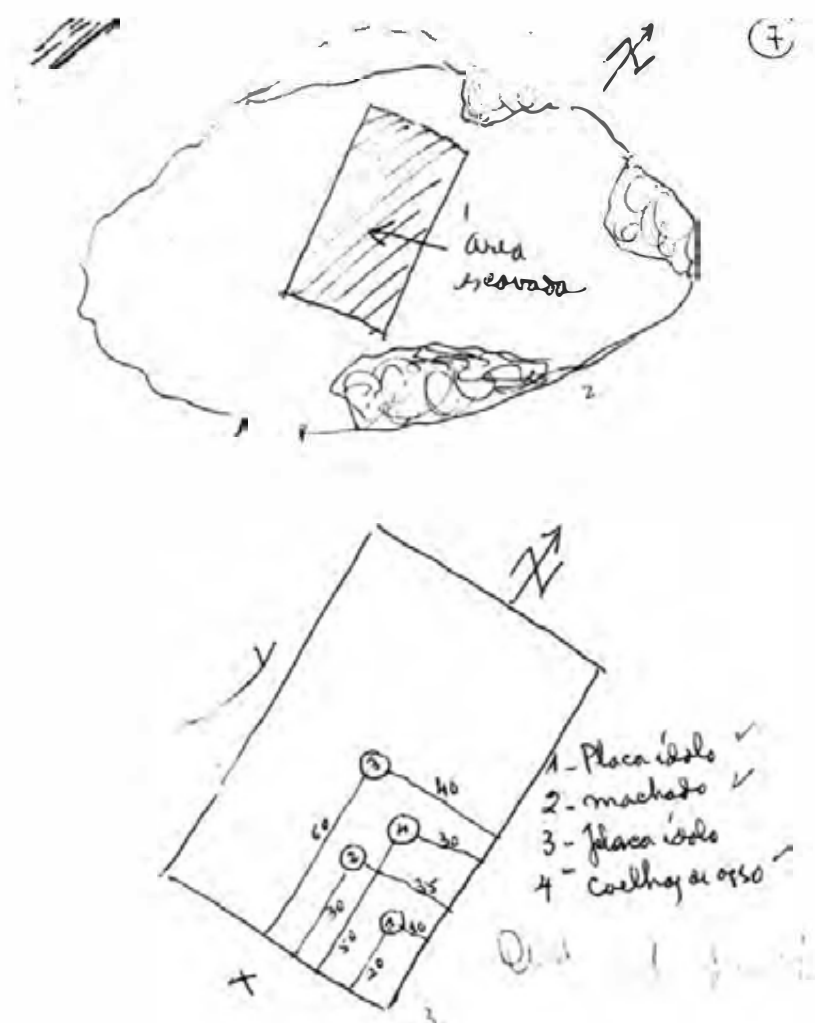


Fig. 4 – Esboço feito à mão por Eduardo da Cunha Serrão, com base nas informações de Rafael Monteiro, da localização da primeira área escavada na Lapa do Bugio (Zona A) e posicionamento de algumas das principais peças nela recolhidas, em Outubro de 1957.



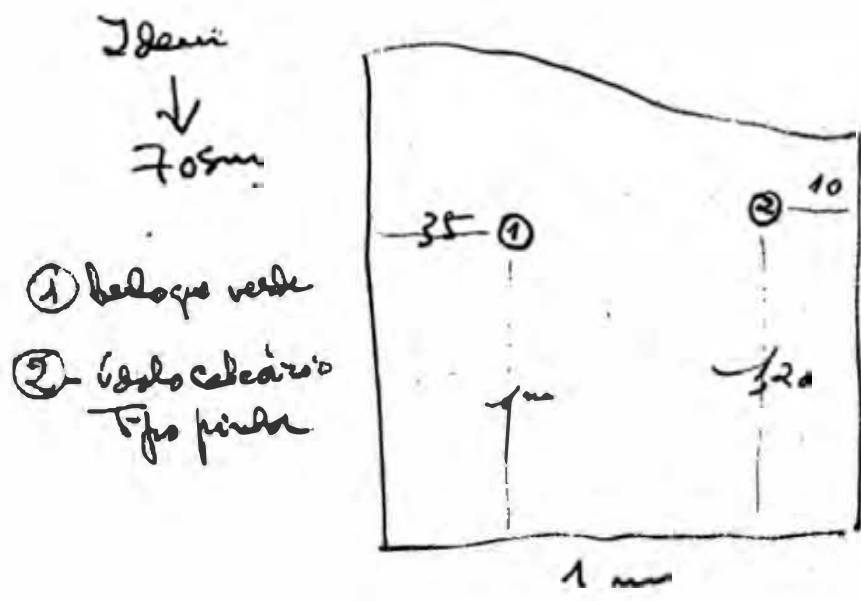
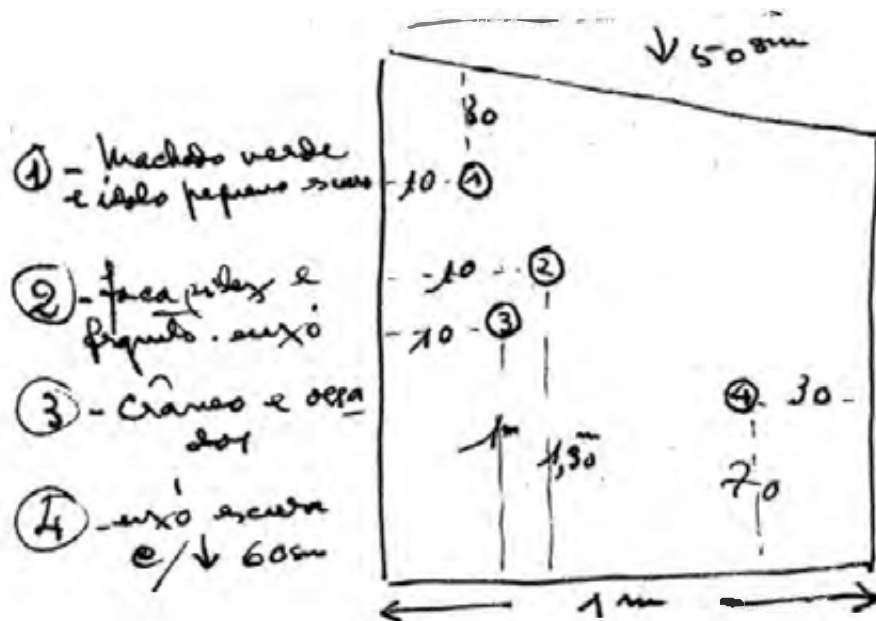


Fig. 6 - Esboço feito à mão por Eduardo da Cunha Serrão, com base nas informações de Rafael Monteiro, da localização na segunda área escavada na Lapa do Bugio (Zona B) de algumas das principais peças nela recolhidas, em Outubro de 1957. Destaca-se a referência ao célebre "ídolo calcário Tipo pinha", estudado e publicado mais tarde pelo signatário (CARDOSO, 1992, Est. 47, n.º 4).

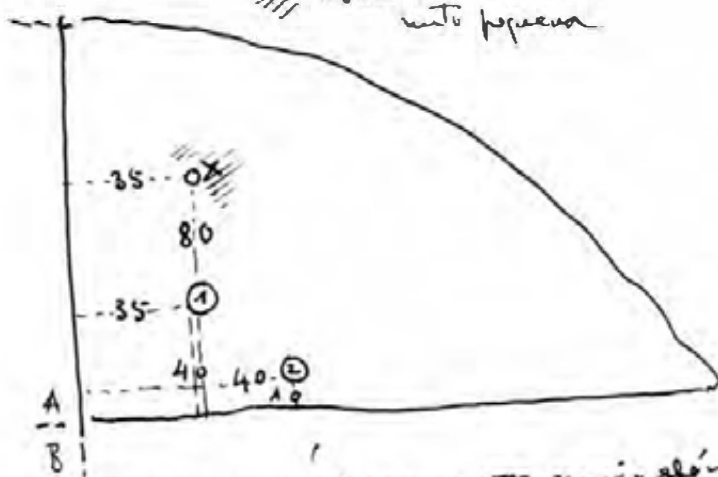
Em Novembro, existem esparsos registos, alguns datados dos dias 19, 25 e 29 de Novembro, tendo prosseguido a escavação na Zona B e em duas novas zonas, designadas por Zona C (Fig. 7) e Zona D, de localização indefinida, associadas a sepultura (S. III), definida por conjunto de artefactos, dispostos em espaço aparentemente circunscrito.



Zona C 0/30

X - ↓ 20 - idolo visto e/aus. 3°

Conto verde e i'deas
muito pequena

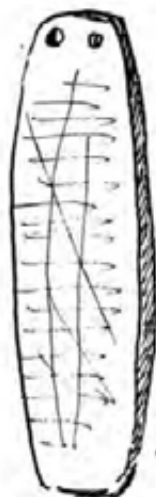


1- placa verde, fragmento vaso campaniforme, e vaso semi-alfo-
ruto ↓ 10 cm.

2- cunho alava ↓ 5 cm

Zona B

fragmento cabeca
alpinete



long: na boca: 15 cm
alt: 30 cm

Fig. 7 - Em cima: esboço feito à mão por Eduardo da Cunha Serrão, com base nas informações de Rafael Monteiro, da terceira área escavada na Lapa do Bugio (Zona C), adjacente às duas anteriores mas de localização incerta no interior da gruta e posicionamento de algumas das principais peças nela recolhidas, entre os 0 e 30 cm de profundidade. Em baixo: esboços de alguns artefactos recolhidos na Zona B.

A descrição da metodologia adoptada nesta primeira campanha de escavações, bem como as áreas escavadas no interior da gruta, a estratigrafia observada e



os espólios antropológicos e arqueológicos recolhidos foram objecto de comunicação ao 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa, em Dezembro de 1958, ou seja, pouco mais de um ano volvido da intervenção de campo realizada. O nome da gruta foi então alterado para o de “Estação Isabel”, em “particular homenagem” de um dos autores da mesma (Rafael Monteiro) (MONTEIRO & SERRÃO, 1959, p. 407).

As principais conclusões então obtidas foram as seguintes:

- 1 – observação da disposição dos despojos tumulares junto às paredes da gruta e na zona central; uma tumulação era bem visível na zona central da Zona B, sob lages;
- 2 – foram identificadas duas outras tumulações nas camadas inferiores da Zona A;
- 3 – no total, registaram-se 3 tumulações, cujas dimensões não ultrapassavam 0,50 por 0,40 m, afastando deste modo a possibilidade de serem inumações de esqueletos completos e muito menos em posição de decúbito dorsal, como depois se veio a verificar nos trabalhos ulteriormente efectuados;
- 4 – a maioria dos artefactos encontrava-se em redor e sob os restos humanos;
- 5 – nos locais onde se observaram agrupamentos de ídolos de calcário escasseavam ou faltavam em absoluto as placas de xisto; com efeito, todos os objectos de calcário provêm da Zona B, enquanto as placas de xisto se concentravam na Zona A;
- 6 – tal evidência conduziu à conclusão de se estar perante inumações de populações distintas em locais diferentes da gruta;
- 7 – no respeitante aos ossos humanos foram referidos indícios de desmembramento e do retalhamento dos corpos com evidências de os ossos terem sido serrados (op. cit., p. 421);
- 8 – aquela conclusão seria tanto mais importante quanto é certo não se terem observado remeximentos importantes (op. cit., p. 425), pelo que são de afastar quaisquer “violações destruidoras” (op. cit., p. 427);
- 9 – relativamente à presença de produções cerâmicas campaniformes, os autores observaram o seguinte (op. cit. p. 428): “Poucas vezes uma estação, onde abundam restos de tal cerâmica e elementos diversos da cultura respectiva, que facilmente se podem relacionar com os restos humanos a que correspondem, poderá proporcionar dados antropológicos tão dignos de confiança, especialmente porque não mostram indícios de inumações feitas em épocas posteriores.”

Estas judiciosas conclusões foram revistas pelo signatário, há já 30 anos (CARDOSO, 1992), face ao progresso geral dos conhecimentos quanto ao fenómeno campaniforme na região, por um lado, e, por outro, tendo presentes as próprias vicissitudes das escavações e as limitações que foram evidenciadas pela análise crítica



dos resultados publicados pelos dois autores, agora confrontados com as próprias notas de escavação então produzidas, estudadas pela primeira vez.

Com efeito, a área escavada em 1957, foi subdividida nas duas zonas acima referidas, a Zona A e a Zona B, conforme foi publicada pelos autores no seu trabalho de 1958 (Fig. 8), correspondendo a Zona A à primeira a ser escavada. Mas o registo publicado pelos autores difere dos esboços que acompanham o relato dos trabalhos de campo. Assim, embora o contorno geral da cavidade conforme foi publicada seja semelhante aos esboços existentes, já a implantação e extensão das duas zonas escavadas é diferente. Com efeito, a área de contorno rectangular, com base nos registos de campo, possui a largura de 1 metro e o comprimento de 3 metros. Porém, a sua largura, com base na figura publicada (Fig. 8), é de 1,60 m, o que não se compreende pois não há nenhuma alusão nos apontamentos ao alargamento lateral da área escavada. Também no que respeita ao seu comprimento, a diferença entre os valores obtidos: 2,90 m no esboço, contra 3,20 na planta publicada, só pode explicar-se pela abertura de uma terceira área, conforme se encontra registado nos apontamentos da escavação, a Zona C ou Zona D, ou ambas, de localização incerta no terreno.

Outras discrepâncias, estas de natureza metodológica, foram evidenciadas pelo confronto entre a documentação inédita a que agora se teve acesso e a que foi publicada.

A principal diferença reside no facto de os esboços agora dados a conhecer não possuírem qualquer compatibilidade com o sistema de referência apresentado na planta publicada. Pelo contrário: o registo dos espólios recuperados mais importantes foi efectuado segundo sistemas de coordenadas diferentes conforme se tratava da Zona A ou da Zona B, tomando até como referência da origem das coordenadas pontos distintos, dentro das mesmas áreas escavadas, conforme se pode concluir pela confrontação dos diferentes esboços conhecidos a acima reproduzidos (ver Figs. 4 a 7).

Assim, enquanto que, no dia 21 de Outubro de 1957 o esboço então realizado demonstra que a localização dos achados foi feita com base nas medidas em centímetros a partir do lado este do rectângulo (abscissas), já no respeitante ao esboço realizado no dia 23 de Outubro as abscissas foram consideradas a partir das medidas tomadas a partir do lado oeste do rectângulo em apreço. Tal situação revela que, em cada área aberta de novo, se adoptava um sistema de coordenadas próprio, comprovando a ausência de um critério único no registo. Face ao exposto, conclui-se que a Fig. 2 da publicação de 1958 (actual Fig. 8) apresenta uma quadricula única que abrange a totalidade da área escavada, a qual nunca existiu no terreno, sem prejuízo de ter havido uma genuína preocupação do registo rigoroso dos achados que nela se vêm indicados. Esta realidade pode resultar simplesmente de o mentor da metodologia da escavação, Eduardo da Cunha Serrão, só ter visitado a mesma no dia 25 de Outubro de 1957, quando os referidos registos, como se viu, correspondem a datas anteriores. É, deste modo, evidente, que as indicações, mais ou menos explícitas, dadas por telefone a Rafael Monteiro, para que este procedesse ao registo tridimensional



dos principais achados tenham sido por este seguidas à letra assumindo que cada área teria o seu próprio sistema de referência.

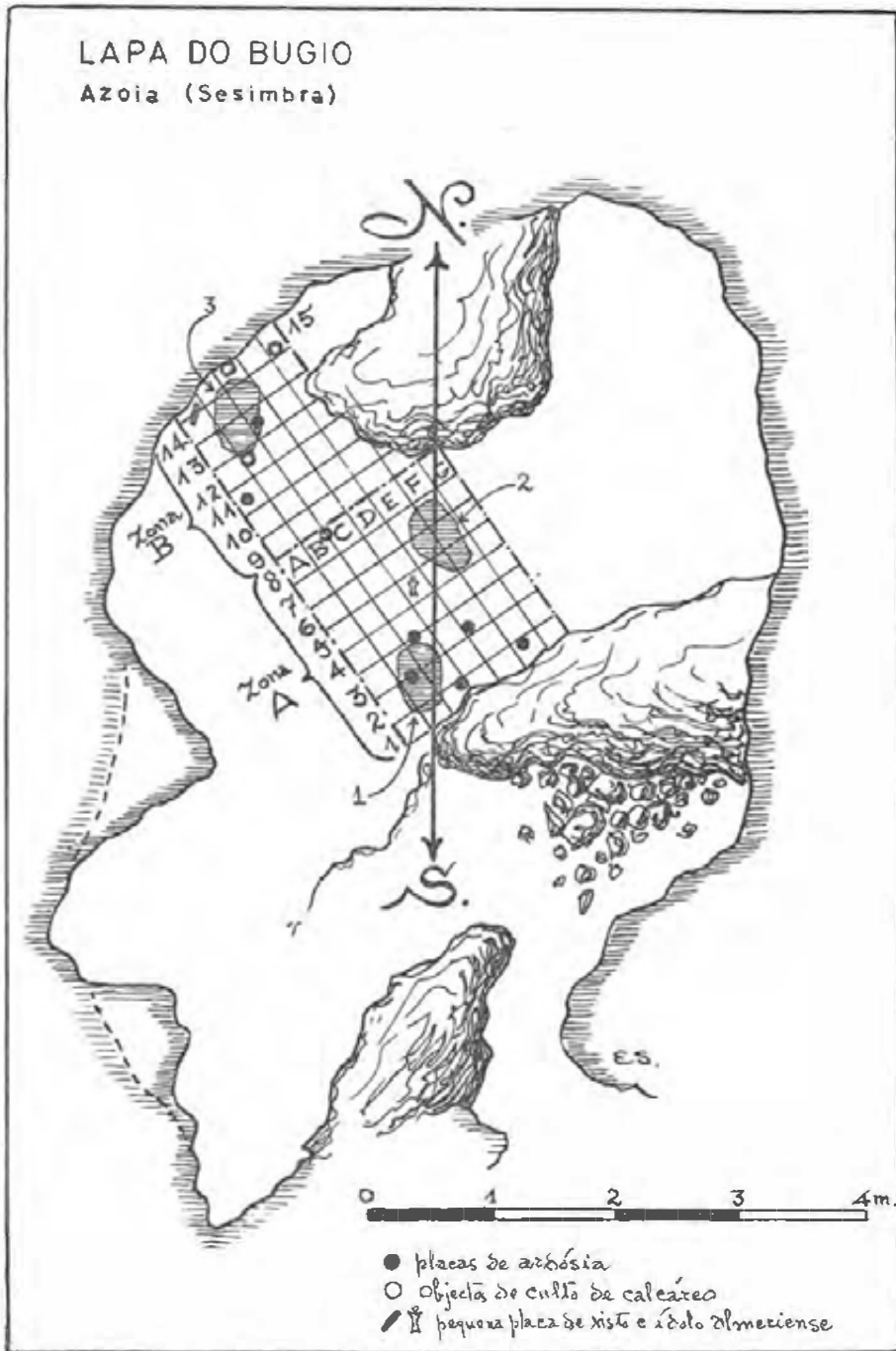


Fig. 8 – Planta publicada em 1958 da Lapa do Bugio, (assinada por Eduardo da Cunha Serrão) assinalando-se as Zonas A e B, mas omitindo-se as outras, com a imposição de um sistema ortogonal de referência, totalmente idealizado, que não foi seguido nas escavações (MONTEIRO & SERRÃO, 1958, Fig. 2), indicando-se a localização das peças consideradas mais importantes de xisto e de calcário.



A ausência de um critério único e credível evidenciado nos sistemas de referência cartesiana utilizados no registo dos achados efectuados no decurso da primeira campanha de escavações teve equivalente, pela mesma altura, no modo de registo das escavações dirigidas por Eduardo da Cunha Serrão na Lapa do Fumo, situada próximo. Conforme foi recentemente demonstrado pelo signatário (CARDOSO, 2021), a heterogeneidade de critérios observados ao longo dos anos na escavação daquela notável estação arqueológica impediu a obtenção de uma informação coerente, segura e global, susceptível de ser utilizada, prejudicando o conhecimento científico daquela estação arqueológica, não obstante o aparente cuidado dispensado ao registo gráfico então realizado. No caso da Lapa do Bugio, tal realidade não impediu, contudo, que fosse conhecida, ainda que de forma aproximada a posição no terreno dos principais artefactos recolhidos em 1957.

Na verdade, o rigor seguido na escavação de 1957 encontrava-se à partida prejudicado pelo facto de o desenho da cavidade ter sido feito à mão (CARDOSO, 1992) por Eduardo da Cunha Serrão, conforme na ocasião foi presenciado por Rafael Monteiro. E, naturalmente, os dotes de exímio desenhador que aquele possuía, não foram suficientes para atingir o rigor exigido por um registo desta natureza. Só anos depois, quando O. da Veiga Ferreira procedeu ao levantamento topográfico da gruta, se evidenciaram tais discrepâncias.

A relação estabelecida entre Rafael Monteiro e Eduardo da Cunha Serrão degradou-se no decurso das escavações realizadas em 1957, ao ponto de a fase final destas já não ter sido por este acompanhada, por razões por ele consideradas como “lastimáveis” (SERRÃO, 1967, p. 114). É o próprio que adianta, naquele mesmo artigo, que tais motivos resultaram de divergência entre três dos elementos da equipa, entre os quais Rafael Monteiro, e ele próprio, “relativamente à forma legal de conduzir a escavação” (op. cit. p. 108).

Admite-se que Cunha Serrão pretendesse que as escavações fossem legalizadas através de uma autorização formal concedida pela Junta Nacional da Educação, o que pressupunha a orientação por personalidade reconhecida como arqueólogo, que só ele se considerava em condições de cumprir. Com efeito, a sua actuação arqueológica em Sesimbra, iniciada em 1956, era apoiada pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, sediado na Faculdade de Ciências do Porto e dirigido pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa. Sabe-se tais divergências teriam sido entretanto sanadas porque, em 1958, nova campanha de escavações se realizou na gruta. Mas pelas parcas informações dadas igualmente por Cunha Serrão, a mesma “Não teve prosseguimento porque, pela segunda vez, a equipa se desagregou (...)” (SERRÃO, 1967, p. 114).

A referida campanha de escavações, realizada em alguns dias do mês de Dezembro de 1958 foi seguramente inspirada pela apresentação pública dos resultados obtidos nas escavações de 1957 ao 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Lisboa entre os dias 15 e 20 de Dezembro daquele mesmo ano de 1958. Não existem dúvidas de que a mesma foi motivada pela importância arqueológica



dos resultados apresentados. Colaboraram nestas escavações diversos estudantes universitários, entre os quais Miguel Magalhães Ramalho, que viria mais tarde a ser geólogo dos Serviços Geológicos de Portugal e futuro responsável pelo Museu Geológico da instituição que lhe sucedeu, o LNEG.

Logo depois, em Novembro de 1961 e, mais tarde, em meados de Outubro de 1962, em resultado do interesse suscitado pelos espólios antropológicos anteriormente recolhidos, foram realizadas outras explorações, também sem a autorização da tutela, nas quais já não participou Cunha Serrão, cujo objectivos se centraram na recolha de mais espólios antropológicos; as mesmas foram realizadas por outros elementos do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, respectivamente J. R. dos Santos Júnior, em 1961 (ISIDORO, 1964, p. 227) e Agostinho Farinha Isidoro, em 1962, que seguramente conduziram a destruições parciais ou totais de mais sepulturas, ainda incólumes. A intervenção de 1962 encontra-se registada em planta inédita, correspondente a um rectângulo adjacente à área escavada até 1960 (Fig. 9).

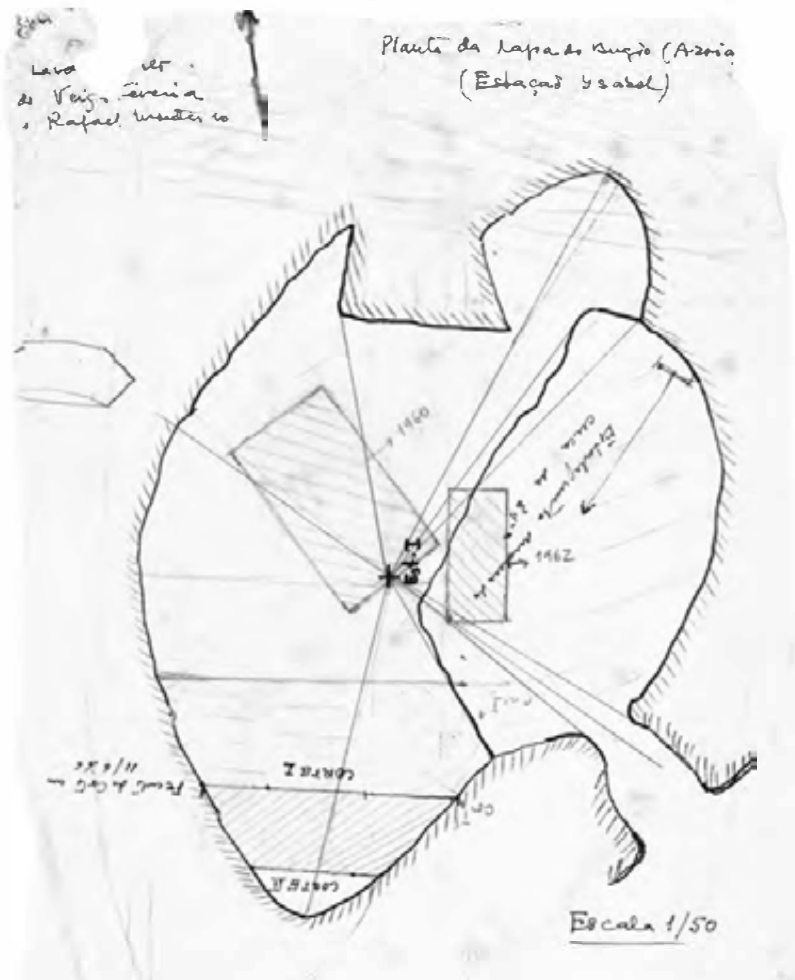


Fig. 9 – Contorno do interior da Lapa do Bugio, em papel vegetal, correspondendo ao primeiro levantamento à prancheta realizado, com a implantação das áreas escavadas até 1960, e em 1962 por Agostinho Farinha Isidoro.



A estas destruições, somaram-se as produzidas pelos alunos de uma escola secundária de Lisboa, apelidada por Agostinho Isidoro de “escavacção” (ISIDORO, 1963), que bem poderia aplicar às intervenções que ele próprio e Santos Júnior produziram. Os materiais antropológicos recolhidos em 1961 e 1962, somados aos obtidos em Julho de 1964, de novo por Agostinho Farinha Isidoro, em uma nova campanha de depredações, foram levados para o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, dando origem a diversas publicações (ISIDORO, 1963; 1964; 1967/1968), encontrando-se presentemente em estudo no âmbito do doutoramento de Raquel Granja inscrito na Universidade de Coimbra (informação da própria de Fevereiro de 2022).

Era esta a situação em que a gruta se encontrava em 1964 quando uma nova perspectiva se desenhou e que viria, enfim a obviar à progressiva destruição da notável necrópole, até dela nada restar. Com efeito, logo na abertura do artigo publicado em 1971, pela equipa que realizou as campanhas de escavações de 1966 e de 1967, a seguir descritas, se declara: “A gruta quando da nossa chegada apresentava um aspecto miserável e caótico. Os materiais dali retirados, a esmo, são, todavia, da mais alta importância para o estudo da cultura do vaso campaniforme em Portugal. Existem já alguns trabalhos publicados que se referem aos materiais provenientes destas depredações” (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971, p. 107, 108).

3 – Novas escavações, excelentes resultados – 1966 e 1967

3.1 – A primeira campanha de escavações (Abril a Setembro de 1966)

A importância da gruta, que se mantinha elevada apesar das depredações efectuadas atrás referidas, em 1961 e sobretudo em 1962 e 1964, e o interesse, que permaneceu intacto, da parte de Rafael Monteiro, pela prossecução dos trabalhos, explica a intenção de retomar as escavações na Lapa do Bugio, mas suportadas por objectivos mais estruturados e em equipa mais sólida, estável permanente.

Tal oportunidade surgiu na sequência do estabelecimento de relações entre Rafael Monteiro e O. da Veiga Ferreira quando este último, integrado numa brigada dos Serviços Geológicos de Portugal, chefiada por Georges Zbyszewski, procedia ao levantamento da folha de Setúbal, da Carta Geológica de Portugal à escala de 1/50 000, publicada naquele mesmo ano de 1965. A cartografia geológica integrava então o registo de sítios de natureza arqueológica, especialmente os pré-históricos e, entre estes, a Lapa do Bugio, pelo que a ideia de retomar as escavações na gruta fazia todo o sentido. Na verdade, entre as atribuições oficiais daqueles Serviços constava a intervenção em estudos de Arqueologia Pré-Histórica, encontrando-se por tal motivo representados na 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação, através do seu director, na época o Eng. Fernando Moitinho de Almeida. Deste modo, a iniciativa de realização de intervenções arqueológicas em estações pré-históricas por parte dos técnicos dos Serviços Geológicos de Portugal dependia unicamente



de uma informação escrita à Junta Nacional de Educação, comunicada por quem ali representasse os Serviços Geológicos.

Estavam assim reunidas as condições legais para a realização da intervenção, mas faltavam ainda os apoios que pudessem suportar as despesas provocadas pela estada da equipa no terreno. Deste modo, foi solicitado por O. da Veiga Ferreira, a título particular, como arqueólogo, o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, sabendo-se da disponibilidade da benemérita fundação para apoiar tais tipos de trabalhos.

O pedido de subsídio, subscrito, como as subsequentes missivas trocadas com a Fundação, por O. da Veiga Ferreira, e datado de 12 de Janeiro de 1965, teve resposta a 29 do mesmo mês, do seguinte teor, da parte do Presidente da Fundação, José de Azeredo Perdigão (Fig. 10):

Fundação Calouste Gulbenkian
Presidência
Lisboa

0401

Ano.
1965

Lisboa, 29 de Janeiro de 1965

Exm. Senhor Engenheiro,

Acuso a recepção da carta de V. Exa., de 12 do corrente mês.

Relativamente ao assunto constante da mesma, informo V. Exa. de que esta foi enviado ao nosso Serviço de Belas-Artes, para estudo e informação.

Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O Presidente

[Assinatura]
(JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO)

Exmo. Senhor
Engenheiro Otávio Reinaldo Santos Ferreira
Rua 19 - Bairro da Encarnação, nº 28
LISBOA-5

Fig. 10 – Ofício de José de Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian dirigido a O. da Veiga Ferreira, de 29 de Janeiro de 1965 relativo a subsídio concedido para a realização da 1.ª campanha de escavações na Lapa do Bugio.



Carta dactilografada, com chancela da “Fundação Calouste Gulbenkian / Presidência / Lisboa”, com a indicação de nº 0402, datada de 28-01-1965

Lisboa, 28 de Janeiro de 1965
Exmo. Senhor Engenheiro,
Acuso a recepção da carta de V. Exa., de 12 do corrente mês.
Relativamente ao assunto constante da mesma, informo V. Exa. de que este foi enviado ao nosso Serviço de Belas-Artes, para estudo e informação.
Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.
O Presidente
José de Azeredo Perdigão (assinatura)

Embora esta missiva não fosse decisiva no respeitante ao subsídio solicitado, o simples facto de ter havido uma resposta ao pedido efectuado, situação que seria pouco frequente à época, fossem serviços públicos ou instituições privadas como esta, justificou a forma reconhecida e calorosa com que O. da Veiga Ferreira lhe respondeu (Fig. 11):

Ex^o Senhor
Doutor Azeredo Perdigão
Ilustre Presidente da Fundação
Calouste Gulbenkian

Ex^o. Senhor

Venho agradecer comovido a atenção que mereceu a V^o. Ex^a. o pedido que lhe dirigi para a obtenção de fundos a fim de poder executar escavações arqueológicas em antiguidades pré-históricas.

Confesso que outra coisa não podia esperar de V^o. Ex^a. sempre atento ao desenvolvimento da cultura portuguesa seja qual for o sector.

Aproveito a ocasião para apresentar a V^o. Ex^a. os meus respeitosos cumprimentos e de acéptar os últimos modestos estudos de arqueologia.

Bem haja

Fig. 11 – Minuta da resposta de O. da Veiga Ferreira, agradecendo o Ofício de 20 de Janeiro de 1965 do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian acerca da concessão de subsídio para a realização da 1.ª campanha de escavações na Lapa do Bugio.



Carta dactilografada (minuta), sem chancela, não datada (anexa a carta com chancela da Fundação Calouste Gulbenkian)

Ex^o Senhor
Doutor Azeredo Perdigão
Ilustre Presidente da Fundação
Calouste Gulbenkian
Ex^o. Senhor

Venho agradecer comovido a atenção que mereceu a V^a. Ex^a. o pedido que lhe dirigi para a obtenção de fundos a fim de poder executar escavações arqueológicas em antiguidades pré-históricas.

Confesso que outra coisa não podia esperar de V^a. Ex^a. sempre atento ao desenvolvimento da cultura portuguesa seja qual for o sector.

Aproveito a ocasião para apresentar a V^a. Ex^a. os meus respeitosos cumprimentos e de aceitar os últimos modestos estudos de arqueologia.

Bem Haja

O processo teve continuidade pois, no final do ano de 1965, a 9 de Dezembro, foi dirigido novo officio a O. da Veiga Ferreira, assinado por Artur Nobre de Gusmão, Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação, informando-o da atribuição de um subsídio no montante de 20 000\$00. Este officio foi seguido de um outro, assinado pelo mesmo responsável, acompanhado do respectivo cheque, datado de 13 de Janeiro de 1966, acusado por O. da Veiga Ferreira em carta datada de 30 de Janeiro de 1966, na qual reitera o agradecimento pelo apoio concedido.

Reuniam-se assim as condições para a realização dos trabalhos na Lapa do Bugio previstos para o ano de 1966, conforme se pode ler no Relatório final elaborado por O. da Veiga Ferreira e datado de 3 de Dezembro de 1966:

“Em 9 de Abril de 1966 comecei os primeiros trabalhos na Lapa do Bugio com o Rafael Monteiro que por pouco ia sendo espoliado da sua descoberta pelo Sr. Cunha Serrão. A questão foi levantada na Junta Nacional de Escavações (sic) e ficou assente que a Lapa do Bugio seria explorada pelo signatário do presente relatório, pelo Doutor Georges Zbyszewski, com a colaboração, como é óbvio, de Rafael Monteiro seu descobridor e sério arqueólogo e leal companheiro de trabalho.

Assim comecei nesta data pelo estudo do material já retirado e que se encontra no Museu do Castelo.

Durante vários dias desloquei-me a Sesimbra onde trabalhei com Rafael Monteiro. Ao mesmo tempo desloquei-me várias vezes à gruta para me inteirar dos trabalhos ali a executar. Em primeiro lugar impunha-se fechar a gruta com uma porta que já existia mas arruinada, e por uma fechadura trabalho esse que já foi executado.



Em 8 de Junho de 1966 começaram então os preparativos para uma exploração metódica do que restava depois das lamentáveis destruições da grande cripta mortuária aproveitada numa gruta natural.”

As condições em que os trabalhos se realizaram não se encontram descritas, mas pelo elenco das despesas que acompanhou o envio à Fundação do respectivo relatório facilmente se verifica que os fundos disponibilizados foram geridos com parcimónia:

“Começamos os trabalhos em Abril e com as intermitências condicionadas pela nossa vida profissional fomos fazendo as pesquisas até Setembro do ano de 1966.

Em Abril trabalhamos nos dias 9 e 10, 16 e 17, 23 e 24 e 30 e 31. Em Maio nos dias 14 e 15, 21 e 22, 28 e 29. Em Junho de 8 a 20 e 25 e 26. Em Julho 2 e 3 e 9, 10 e 11 e finalmente em Setembro nos dias 2, 3, 4 e 5.

Empregamos 6 homens por dia no total dos trabalhos na gruta. Com horas a mais e jornas a média por cada homem foi de 65\$00, pois a jorna na região varia de época para época. No total dos 38 dias de trabalho nesta campanha dispendemos a importância de 14.820\$00.

Além desta verba gasta, a mais substancial como é logico, dispendemos 2.040\$00 em materiais comprados que necessitamos para os trabalhos ou em consequência deles. Os transportes que utilizamos, quase sempre em transporte particular, cifraram-se em 1511\$80.

As despesas de alimentação e estadia orçaram em 1236\$20.

Em resumo temos no quadro seguinte a despesa da escavação:

38 dias de trabalho com 6 homens e à média de 65\$00 -----	14.820\$
Materiais comprados -----	2.040\$
Transportes -----	1511\$
Alimentação e estadia -----	<u>1.236\$</u>
Total -----	19.608\$
Verba entregue -----	<u>20.000\$</u>
Saldo em meu poder -----	392\$

No total, conclui-se que a campanha se desenrolou por 38 dias úteis de trabalho, espaçados entre Abril e Setembro de 1966, com o emprego de seis homens no trabalho de escavação, pagos à média de 65\$00 por dia.

Os resultados obtidos foram muito animadores, estando detalhadamente apresentados no relatório. Destacam-se os seguintes:

1 – observou-se o afeiçoamento da entrada da gruta natural em átrio, como se observa em outros monumentos funerários da mesma época, como nas grutas naturais da Estremadura, especialmente evidente do lado esquerdo da entrada, com a construção de uma parede de grossos blocos e uma parte da mamoa que fechava e protegia a entrada da câmara, tendo esta sido regularizada, assemelhando-se à das grutas artificiais como as de Carenque, Alapraia ou Palmela (Fig. 12);



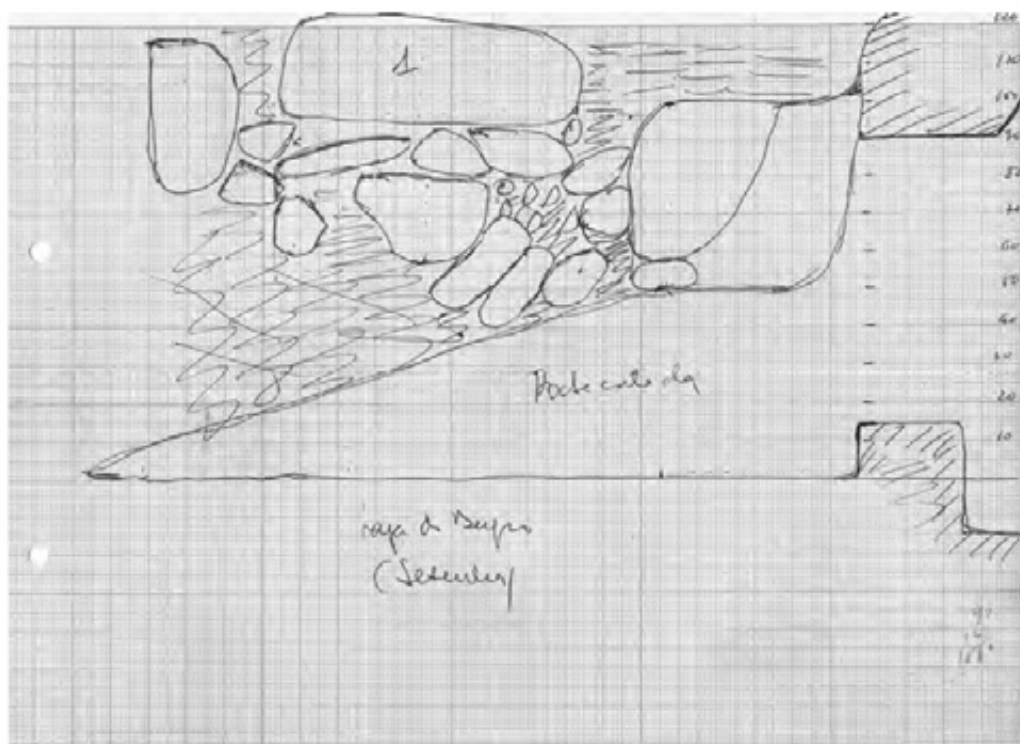


Fig. 12 – Original do levantamento da entrada da Lapa do Bugio registando o aludido afeiçoamento da entrada, por corte dos calcários jurássicos, associado à construção de uma parede de revestimento constituída por grossos blocos à semelhança do observado nas grutas artificiais, realizado por O. da Veiga Ferreira no decurso da 1.ª campanha de escavações (1966).

2 – a sequência estratigráfica completa que originalmente correspondia ao preenchimento da cavidade foi ocasionalmente preservada pelas intervenções anteriores no canto esquerdo da câmara funerária, cuja leitura, muito simples, evidenciava a existência de uma única camada arqueológica, correspondente ao nível de enterramentos, tendo sido identificada uma sepultura individual escavada no substrato geológico, correspondente a depósito estéril argiloso (“terra rossa”), assente nos calcários compactos jurássicos.

3 – foram identificadas seis sepulturas, rigorosamente registadas na planta que acompanhou o Relatório (Fig. 13), no qual se destacam os seguintes aspectos relativamente apenas a três delas: “a primeira (n.º 1) apresentava-se intacta porque o canto onde jazia não havia sido remexido. Tem pouco mais de 1,50 m de comprimento por cerca de 1 m de largura máxima. Foi, na maior parte, escavada na “terra rossa” da base, pelo menos no lado direito, e do esquerdo aproveitou o chão da gruta que aqui é inclinado para o eixo da sepultura. O chão foi regularizado com lajes de calcário de forma a poder assentar-se o corpo. Dos lados foi feita (sic) paredes com lajes de cutelo. Todo o conjunto era tapado com delgadas lajes de calcário cobertas por sua vez com um amontoado de calhaus posto a esmo. No sitio da cabeça fizeram

uma espécie de caixa para esta. O corpo estava de costas com as pernas fletidas para o lado esquerdo. A sepultura n.º 6 tinha dois corpos lado a lado. A sepultura n.º 2 tinha um corpo no lado da cabeceira e outro aos pés, isto é, dois enterramentos na mesma sepultura um para a cabeceira, outro para os pés”.

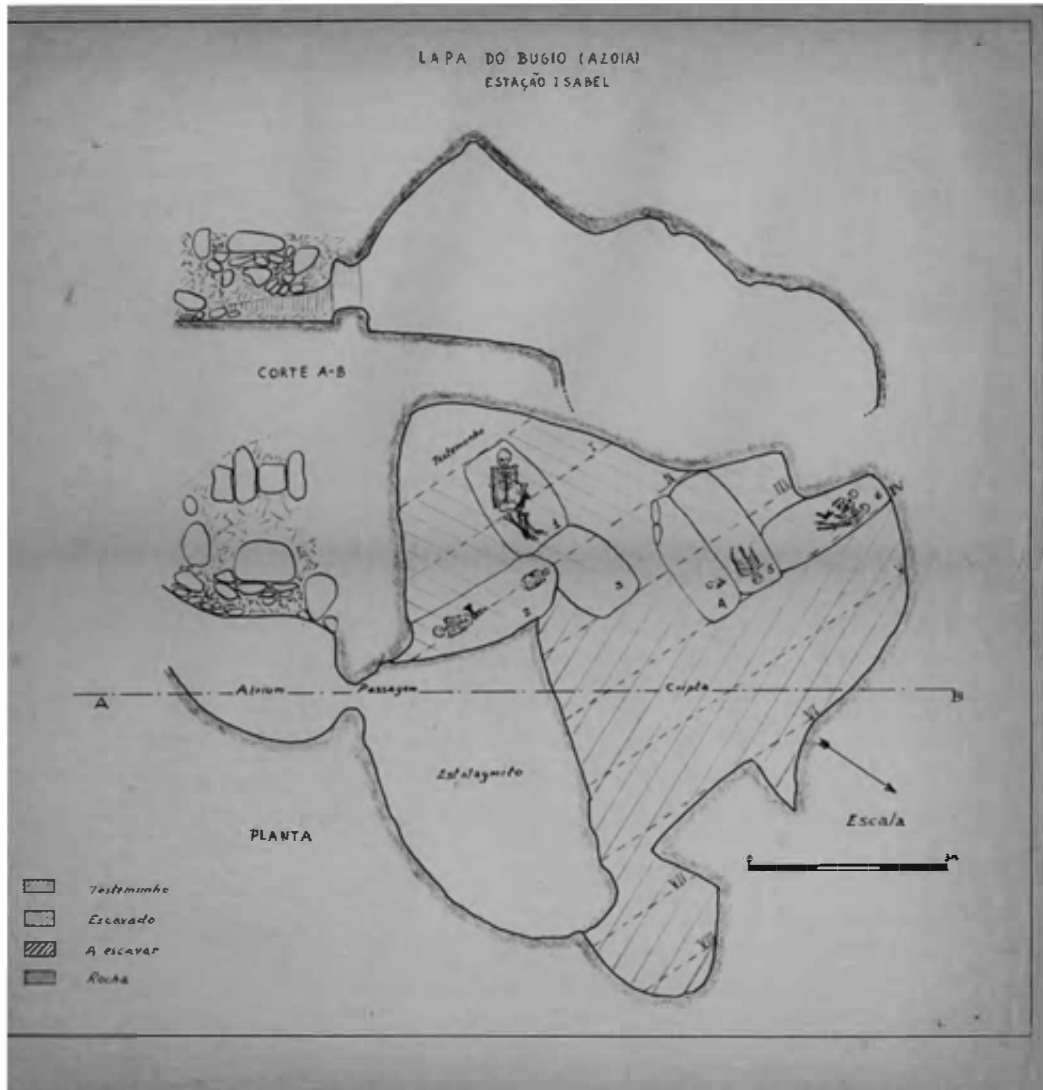


Fig. 13 – Planta do interior da Lapa do Bugio, com a indicação das seis sepulturas escavadas em 1966, até agora inédita, que acompanhou o Relatório das escavações remetido para a Fundação Calouste Gulbenkian.

4 – no tocante aos espólios arqueológicos recolhidos, o autor do Relatório descreveu detalhadamente os espólios associados a cada uma das seis sepulturas escavadas, conforme foi posteriormente publicado, no estudo de 1971 (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971), pelo que se afigura dispensável reproduzir a lista então apresentada, também publicada na monografia da autoria do signatário (CARDOSO, 1992). É de destacar a observação, desde logo apresentada, relativamente à riqueza e diversidade dos espólios arqueológicos, valorizando alguns



artefactos recolhidos, pela sua raridade, beleza ou importância cultural, destacando a existência, por ser matéria prima quase desconhecida para a época, de um “ídolo de gola” de marfim. A presença de recipientes cerâmicos campaniformes foi igualmente valorizada, o que levou a atribuir abusivamente, como hoje se sabe, a totalidade da constituição da necrópole a tais populações. Não obstante, é muito interessante salientar que tal atribuição se lhe afigurou “desconcertante”, conforme é por si claramente declarado, ao discutir o conteúdo da sepultura n.º 1, a única considerada fechada e intacta: “com a taça “tipo Palmela” e a taça carenada lisa encontramos um machado de secção elíptica com picotagem, contas discoides, contas de *Nerina fluviatilis*, quase todos os tipos de pontas de seta conhecidos. Isto vem destruir tudo o que se havia escrito sobre os tipos de machado e sua cronologia. O mesmo se dá para as pontas de seta o que vem provar que nunca se poderá fazer uma cronologia à “priori” pela tipologia”.

Na verdade, sabemos-lo hoje, os espólios campaniformes correspondem a intrusões de natureza funerária mais modernas, que se juntaram às oferendas do Neolítico Final associadas às sepulturas identificadas, ou pelo menos à maior parte delas. A presença do machado de tipo arcaico é compatível com a referida cronologia, conforme se demonstrou no povoado pré-histórico de Leceia, onde ocorrem em contextos estratigrafados do Neolítico Final (CARDOSO, 2004, 2020). Tais produções ocorrem mesmo em contextos plenamente calcolíticos, como é o caso do povoado do Outeiro Redondo, situado perto de Sesimbra, podendo corresponder a recolhidas por parte dos habitantes do povoado em monumentos mais antigos da região (CARDOSO, 2021). Enfim, no tocante à tipologia das pontas de seta, estava parcialmente certo, ainda que seja notória a associação a contextos do Neolítico Final de pontas pedunculadas ou de base recta ou triangular, que desaparecem de contextos calcolíticos, como o signatário demonstrou claramente nos dois povoados acima referidos, onde procedeu a extensas escavações, anualmente realizadas, entre 1983 e 2016.

3.2 – A segunda campanha de escavações (Setembro a Dezembro de 1967)

Face aos importantes resultados obtidos, o autor do relatório apresentou, no final do mesmo, solicitação para que a Fundação Calouste Gulbenkian, através de concessão de novo subsídio, possibilitasse a conclusão dos trabalhos de campo no ano seguinte (1967).

Tem interesse verificar que, do subsídio de 20 000\$00 concedido pela Fundação em 1996 sobraram 392\$00. Tal situação foi abordada num ofício da Fundação datado de 26 de Janeiro de 1967, em resposta ao que acompanhava o envio do Relatório de 1966, nos seguintes termos:

Carta com chancela da “Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Belas-Artes / Lisboa-1”, com a indicação de “AG/ME/HF.” e “REFª. Nº. 227/BA/67”, datada de 26-01-1967



REF^a. Nº. 227/BA/67
Lisboa, 26 de Janeiro de 1967
Exm^o. Senhor Doutor,

Acuso a recepção da carta de V. Ex^a., entrada neste Serviço em 19 do corrente, à qual prestei a minha melhor atenção.

Agradeço todas as informações que pela mesma carta V. Ex^a. teve a gentileza de nos facultar e, na posse de esses elementos, oportunamente submeteremos a solicitação de V. Ex^a., para a realização de uma última campanha na estação da Lapa do Bugio (Azoia), à decisão do Conselho de Administração.

Quanto ao saldo que V. Ex^a. nos assinalou ter-se verificado na aplicação do subsídio do ano passado, devo informar que, de acordo com os princípios por que nos regemos, V. Ex^a. poderá devolver-nos essa importância ou solicitar ao Conselho de Administração que autorize a sua aplicação, com proposta devidamente fundamentada, em próxima campanha de trabalhos, que porventura tencione levar a efeito no mesmo local.

Apresento a V. Ex^a. os meus atenciosos cumprimentos.

SERVIÇO DE BELAS-ARTES

O Director

Artur Nobre de Gusmão (assinatura)

36

Deste modo, ficava em aberto a possibilidade de concessão de novo subsídio para a realização de segunda e última campanha de escavações ainda em 1967, conforme era desejo dos autores, aceites os esclarecimentos solicitados pela Fundação, aludidos no ofício acima transcrito. E que esclarecimentos foram esses ?

O Ofício datado de 30 de Dezembro de 1966 assinado pelo Prof. Artur Nobre de Gusmão, Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação é claro, pois limita-se a solicitar informações acerca do montante do subsídio pretendido, não fazendo quaisquer outras considerações acerca do Relatório e dos demais elementos enviados (presume-se que correspondiam aos comprovativos das despesas realizadas).

Assim, a resposta de O. da Veiga Ferreira, de que se possui minuta autógrafa, datada de 17 de Janeiro de 1967, esclarece “que para a conclusão dos trabalhos na Lapa do Bugio seria necessária a mesma verba atribuída no ano de 1966 ou seja de 20 000\$00” (Fig. 14).



A resposta por parte da Fundação foi positiva, através da concessão de um subsídio no montante de 15 000\$00, decisão comunicada por ofício de 4 de Agosto de 1967, assinado pelo Director-Adjunto do Serviço de Belas-Artes, o Dr. António Manuel Gonçalves.

Reuniam-se assim as condições para dar continuidade, em 1967, aos trabalhos arqueológicos encetados em 1966 e que tão bons resultados proporcionaram, salvando esta importante necrópole de uma destruição mais do que anunciada.

Termina o referido Ofício, solicitando o envio do relatório respeitante aos trabalhos efectuados e “os documentos das despesas efectuadas com o referido subsídio”.

Os resultados obtidos em 1967, na campanha que se iniciou no mês de Setembro, logo que confirmada a concessão do subsídio por parte da Fundação, e que só terminou em Janeiro de 1968, conforme consta do Relatório das despesas apresentado a 10 de Junho de 1968 e que acompanhou o Relatório geral dos trabalhos realizados justificam plenamente o apoio financeiro concedido. Os mesmos podem sumarizar-se do seguinte modo:

1 – individualização das sepulturas n.ºs 7, 8, 9 e 10 conforme constam da planta então levantada, que completa a do ano anterior (Fig. 15): “Todas elas tem no maximo um metro e cincoenta de comprimento por cerca de de um metro de largura maxima na base. Algumas são escavadas na terra rossa da camada d do corte e outras tinham em volta algumas pedras para o seu isolamento. Quase todas deveriam ter sido tapadas com delgadas lajes mas as destruições provocadas (...) anteriormente prejudicaram uma caracterização completa do conjunto;”

2 – identificação de um depósito secundário constituído por ossos humanos, designado ossário; segundo declara o autor do Relatório, “Entre as sepulturas 8, 9 e 10 e contra a rocha que inclina para Norte, revestido a toda a volta por grossas pedras, encontramos um verdadeiro amontoado de ossos humanos e materiais que a principio julgamos tratar-se de mais um produto do vandalismo anterior, porém escavado com o máximo cuidado e verificando tudo com calma e reflexão chegamos à conclusão que se tratava dum verdadeiro ossário ou depósito de ossos humanos proveniente de enterramentos antigos. Justamente no fim deste depósito e em posição ritual encontramos a placa de xisto, que só por si, recompensa as despesas e canseiras desta exploração. Adeante se darão pormenores sobre ela de um artigo que já foi publicado na Revista de Guimarães”. Esta notável placa será adiante discutida.

3 – reconhecimento de um depósito votivo, que O. da Veiga Ferreira designou de “esconderijo ou tesouro”, situado numa fenda da rocha perto da sepultura n.º 1, escavada em 1966. O mesmo foi assim descrito no Relatório: “Já no fim da campanha procedemos à chamada limpeza do depósito e então qual não foi o nosso espanto, quando numa fenda entre dois blocos caídos do teto da gruta começaram a surgir materiais riquíssimos em especial de tipo votivo. Esvaziada a fenda com muito



cuidado e anotando a posição das peças arqueológicas chegámos à conclusão que deveria tratar-se dum esconderijo ou tesouro armazenado com um fim inatingível mas talvez ritual? Em primeiro lugar a partir do fundo da fenda havia os machados e enxós postos uns sobre os outros em posição cuidada. Depois as facas de sílex, os artefactos de osso para adorno, os objectos votivos e religiosos e por fim, no topo, um lindíssimo vaso cerâmico de paredes muito finas.

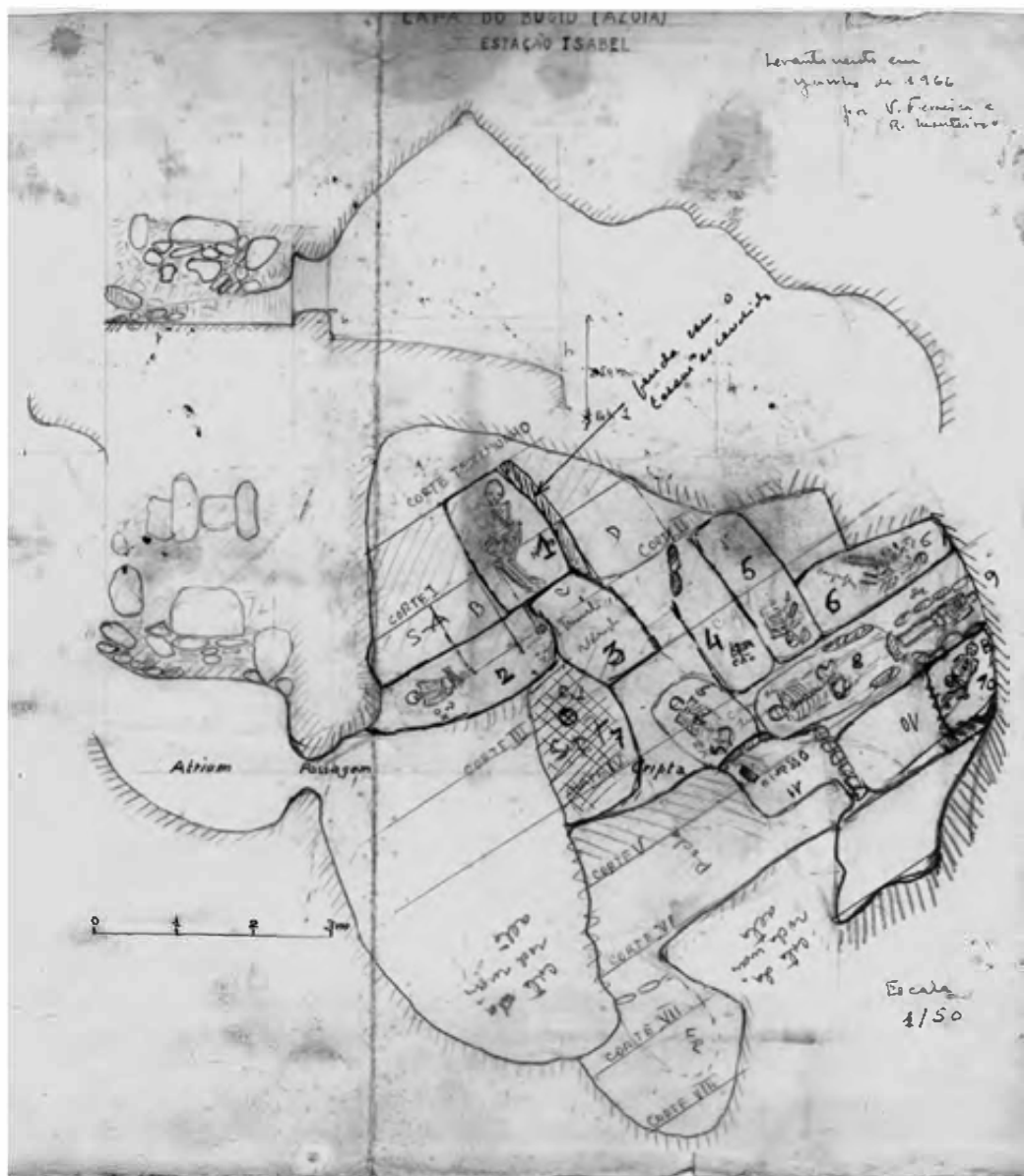


Fig. 15 – Minuta da planta definitiva da Lapa do Bugio, da autoria de O. da Veiga Ferreira, após a realização da 2.ª campanha de escavações, em 1967.

Não pode pois deixar dúvidas a ninguém da intenção deste depósito arqueológico”.



4 – melhoria da caracterização da estratigrafia através da realização de um perfil longitudinal da cavidade, que só então foi possível realizar, conforme corte então elaborado (ver Fig. 13).

5 – O Relatório apresenta depois o inventário de materiais arqueológicos que foi possível associar a cada uma das sepulturas, bem como os recolhidos na limpeza da gruta findos os trabalhos de escavação nela realizados, cuja abundância bem evidencia a falta de cuidado dos trabalhos anteriormente efectuados, especialmente os dos anos de 1961, 1962 e 1964. Dado que esta listagem foi pouco depois publicada pelos autores que intervieram nas escavações (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971), bem como ulteriormente, com base na análise dos espólios conservados, pelo signatário, aquando do estudo exaustivo dos mesmos (CARDOSO, 1992), remetem-se para tais publicações os mais interessados. Com efeito, este Relatório, conjuntamente com o anterior, serviram de base àquela publicação, que transcreve quase na íntegra não só o referido inventário, mas também as considerações acerca das duas novidades identificadas, o “esconderijo” e o ossário, que são duas ocorrências verdadeiramente importantes no quadro da arqueologia funerária pré-histórica do território português. Assim, em relação ao “esconderijo” ou “tesouro”, todo ele constituído por materiais da mesma época dos enterramentos, importa destacar o seu carácter votivo, pela forma como as oferendas se encontravam nele cuidadosamente depositadas, constituindo um dos exemplos mais interessantes até agora registados, associando o depósito de artefactos de pedra polida, seguidos das lâminas de sílex e dos outros artefactos, culminando com a colocação de um pequeno vaso, que foi recolhido intacto (Fig. 16, em cima).





Fig. 16 – Materiais recolhidos na campanha de escavações de 1967. Em cima: vaso encontrado no topo de acumulação ritual de objectos designado por O. da Veiga Ferreira como “esconderijo” ou “tesouro”. Em baixo: placa de xisto verde-acinzentado com a representação do ídolo almeriense dentro de cartela de contorno antropomórfico encontrada em posição ritual, na base do ossário então identificado (cf. CARDOSO, 1992, Fig. 20, n.º 31 e Fig. 19, n.º 2).



Quanto ao ossário, é lícito aceitar-se a interpretação do autor do Relatório de o mesmo corresponder a um depósito constituído pela acumulação dos despojos funerários de sepulturas mais antigas, eventualmente removidas dos seus locais de origem para a instalação de novos sepulcros. O artigo de 1971 descreve com minúcia a estruturação do depósito, o qual se encontrava contido “num recinto pequeno e fundo, revestido em toda a volta por grossas pedras”, onde jazia, na base e em posição ritual, a já referida placa (Fig. 16 em baixo) (op. cit. p. 109).

A importância desta peça, a qual, como se declara no Relatório, “só por si recompensa de despesas e canseiras esta exploração”, apresenta-se talhada e polida numa placa de uma rocha xistosa de coloração cinzento-esverdeada, com palhetas de mica, muito distinta das tradicionais placas de xisto de cor anegrada, foi desde logo sublinhada. O Relatório é claro a tal respeito, aliás redigido já depois de a mesma ter sido publicada, em artigo próprio na Revista de Guimarães (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1967). A razão para tal importância resulta de a placa ostentar, dentro de uma cartela moldurada, possuindo, ela própria, o contorno de uma placa com cabeça recortada, a representação do ídolo almeriense, conforme se declara no Relatório: “a descoberta do ídolo de Almeria gravado numa placa de xisto de tipo português traz o elo de ligação entre a cultura da placa de xisto do Alto Alentejo e o (ídolo) de Almeria”, concluindo: “Como se sabe, o chamado “ídolo almeriense” é aquele que maiores afinidades tem com os ídolos de tipo oriental, opinião esta a reforçar outras provas da existência já de relações, nessas épocas, entre a Península Ibérica e o Mediterrâneo oriental”.

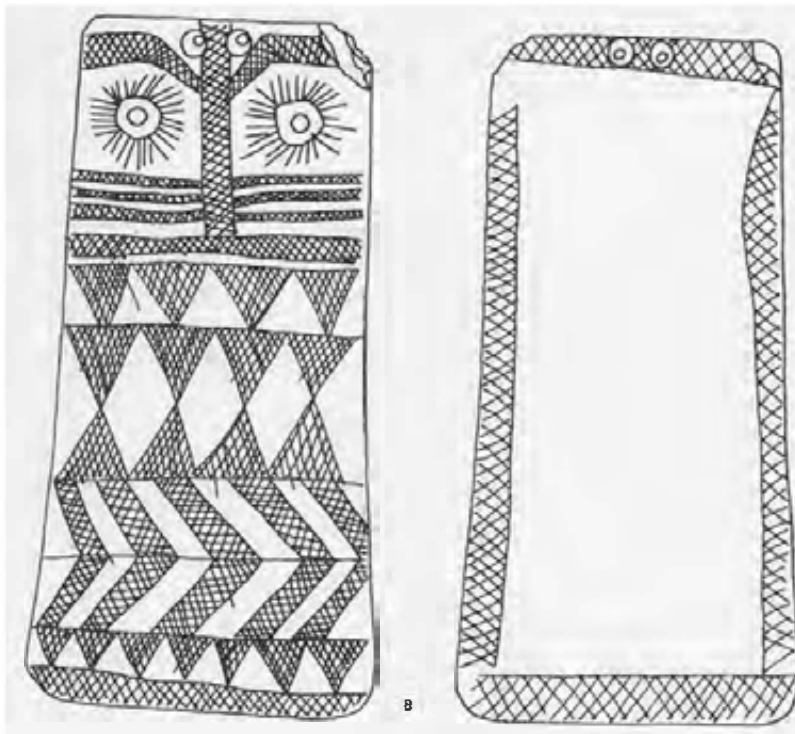


Fig. 17 – Placa de xisto recuperada em 1957, ostentando num friso horizontal a representação de 4 ídolos almerienses (CARDOSO, 1999, Fig. 46, n.º 8).



Com efeito, esta placa tem equivalente em outras, que, embora de forma mais discreta mas ainda assim explícita, exibem tal associação. É o caso da placa recolhida na Lapa do Bugio em 1957 (MONTEIRO & SERRÃO, 1958, Fig. 3, n.º 1), possuindo a representação de quatro ídolos almerienses dispostos em friso horizontal no corpo da placa (GONÇALVES, 1970) (Fig. 17). A estes dois exemplares, outros mais se poderiam acrescentar, em que as composições de triângulos preenchidos interiormente configuram os contornos de ídolos almerienses. Avulta o exemplar desenhado em 1916 por José Leite de Vasconcelos proveniente da Herdade do Freixo, cerca de Elvas, não lhe tendo passado despercebidas as composições integrando igualmente fiadas de ídolos almerienses (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 154) (Fig. 18). Trata-se, pois, de um grupo raro de exemplares que conjuga diferentes tradições culturais, a associada ao megalitismo alentejano, corporizada pelo próprio suporte escolhido, e a associada à cultura neolítica do Sudoeste, correspondente à presença dos ídolos almerienses, ali comuns sob a forma de objectos de contorno recortado, de pedra ou osso, também presentes em sepulcros colectivos alentejanos e estremenhos, incluindo a Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992, Fig. 46, n.º 6).

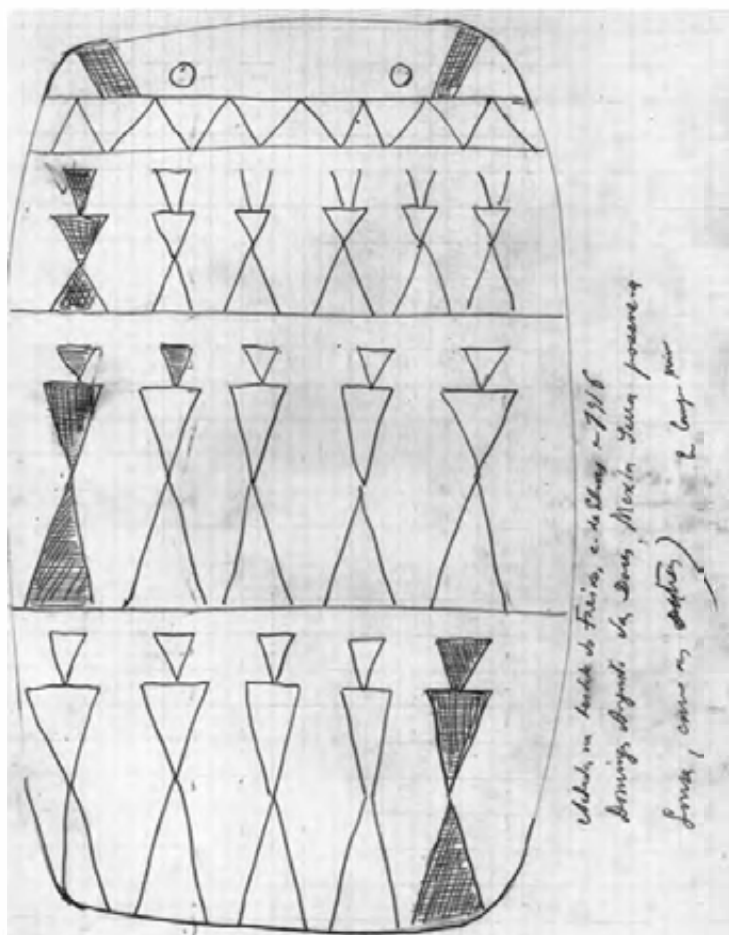


Fig. 18 – Placa de xisto desenhada em 1916 por J. Leite de Vasconcelos, proveniente da Herdade do Freixo, cerca de Elvas, provavelmente de uma anta, não lhe tendo passado despercebidos as composições de ídolos almerienses nela presentes (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 154).



Tem interesse conhecer os pormenores que acompanharam a publicação desta placa excepcional em 1967 na “Revista de Guimarães”. O original dactilografado é distinto do texto publicado, o que se explica pela intervenção do Director da publicação, o Coronel Mário Cardozo, conforme missiva datada de 11 de Dezembro de 1967 a O. da Veiga Ferreira, acompanhada das respectivas provas do artigo: “Se o cotejar com o seu original, vai achá-lo bastante alterado, não na sua essência de tudo quanto descreve e afirma sobre a placa de xisto da Lapa do Bugio, mas simplesmente na redacção e na sintaxe (...). Permitti-me dar-lhe por isso outra redacção, acompanhada dos desenhos esquemáticos para melhor compreensão do leitor. Espero que não se zangará com este meu atrevimento, que aliás só me deu trabalho e perda de tempo para outros trabalhos.”

Com efeito, o artigo publicado difere, logo no título, do original previamente remetido, o qual era: “Uma placa de xisto de grande raridade encontrada na Lapa do Bugio (Azóia)”, tendo passado a ser: “Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio (Azóia)”. No artigo, reproduz-se desenho da placa, do qual se destacou o conteúdo da cartela central, reproduzida à parte, para melhor evidenciar a complexidade da composição iconográfica da peça (Fig. 19).



Fig. 2



Fig. 19 – Desenho da placa de xisto recolhida na Lapa do Bugio com a representação do ídolo almeriense inscrito numa cartela, também ela de contorno antropomórfico, intencionalmente destacada para melhor se evidenciar a sua apresentação (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1967, Figs. 2 e 3).



Deste artigo conhece-se ainda uma versão dactilografada por Georges Zbyszewski, com correcções autógrafas (Fig. 20), que, ao que se sabe, não chegou a publicar-se, mas que reforça a importância conferida a esta peça notável a qual, por intervenção do signatário, autor da monografia sobre a totalidade dos espólios recuperados na Lapa do Bugio entre 1957 e 1967 (CARDOSO, 1992), foi depositada, conjuntamente com os espólios das intervenções de 1966 e 1967, por O. da Veiga Ferreira, no Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal (Associação de Municípios da Região de Setúbal), onde presentemente se encontra, a par dos restantes espólios inventariados em 1992 (CARDOSO, 1992).

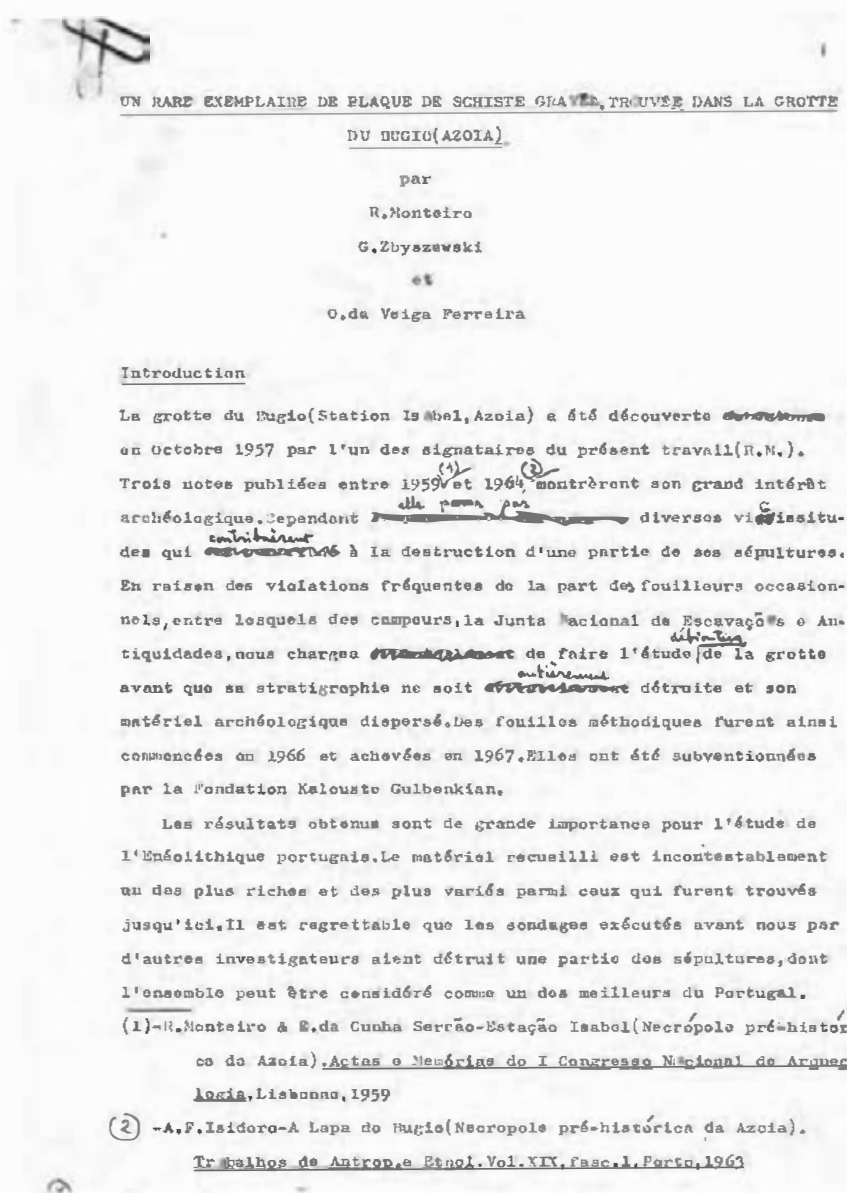


Fig. 20 – Primeira página da versão em Francês do artigo dedicado à placa com a representação do ídolo almeriense recolhida na Lapa do Bugio, da autoria de Georges Zbyszewski e com correcções autógrafas do próprio, ao se se sabe jamais publicada.

Deste modo, foi da melhor forma que terminaram as escavações conduzidas em 1966 e em 1967 na Lapa do Bugio, cujos resultados foram detalhadamente registados em relatórios da autoria de O. da Veiga Ferreira, respectivamente datados de 3 de Dezembro de 1966 (Fig. 21; Fig. 22) e de 10 de Junho de 1968 (Fig. 23).

Relatório da Primeira Campanha
de Escavações na Lapa do Bugio
(Azóia), subsidiada pela Fundação
Calouste Gulbenkian

OV
O. da Veiga Ferreira

I - Descobertas ^{localizações} de Estacas

Foi descobertas por Sr. Rafael Monteiro *OV* no dia 16 de Setembro de 1960. No dia 18 desse mesmo mês Rafael Monteiro fez a primeira pesquisa tendo conhecido depois o Sr. Cândido Soares a partir por um local local.

No dia 12 de Outubro de 1962 voltou Rafael Monteiro à gruta com o Sr. Agostinho Mendes e fizeram mais duas pesquisas com o fim de retirar material orientá-lo para estudos arqueológicos.

A gruta localiza-se perto do açude e para lá chegar vamos pelo estudo de Cabo Piqueado ali de fora do lugar de Azóia, aqui temos um sítio de de Murochame à esquerda ali escavações

Fig. 21 - Minuta autógrafa de O. da Veiga Ferreira da primeira página do Relatório da 1.ª campanha de escavações realizada na Lapa do Bugio, datado de 3 de Dezembro de 1966, enviado à Fundação Calouste Gulbenkian.



RELATORIO DA PRIMEIRA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES
NA LAPA DO BUGIO (AZOIA), SUBSIDIADAS PELA
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

I- Descoberta e localização da Estação

Esta importante estação pré-histórica foi descoberta pelo Sr. Rafael Monteiro no dia 18 de Outubro de 1960. No dia 18 desse mesmo mês Rafael Monteiro fez a primeira pesquisa tendo convidado depois o Sr. Cunha Serrão a participar nas escavações.

No dia 12 de Outubro de 1962 voltou Rafael Monteiro à gruta com o Dr. Agostinho Isidoro, e fizeram mais uma pesquisa com o fim de retirarem material osteológico para estudos de antropologia.

A gruta localiza-se perto da Azoia e para lá chegar vai-se pela estrada do Cabo Espichel até chegar ao lugar da Azoia, aqui toma-se uma estrada de Macadame à esquerda até encontrar a povoação denominada Serra. Depois andam-se na direcção Sul cerca de 200 metros a pé por um atalho até o afloramento de calcárias jurásicas que aqui fazem escarpa. A gruta abre-se quase no topo desta escarpa geológica.

De um e de outro lado da Boca dos Robaleiros situam-se outras grutas que são conhecidas pelos nomes de Lapa Parada ou Buraço do Fiolho, Lapa do Bugio (a que estamos explorando), Lapa da Rocha, Lapa da Machaca e Lapa da Janela.

II- Trabalhos antecedentes

Fig. 22 - Primeira página dactilografada do Relatório da 1.ª campanha de escavações realizada em Lapa do Bugio, datado de 3 de Dezembro de 1966, enviado à Fundação Calouste Gulbenkian.

RELATORIO DA SEGUNDA E ULTIMA CAMPANHA DE ESCAVACOES
NA LAPA DO BUGIO (AZOIA), SUBSIDIADA PELA FUNDAÇÃO
CALOUSTE G ULBENKIAN

I-Introdução

Em complemento do 1º relatório sobre as escavações na Lapa do Bugio (Azoia) tenho a honra de apresentar a Vª. Exª. o segundo e último relatório sobre as pesquisas ali efectuadas no ano de 1967.

Os trabalhos correram satisfatoriamente e foi-nos possível acabar o estudo da referida necrópole que se revelou duma importância extraordinária para o estudo do Eneolítico português, nomeadamente da Cultura do Vaso Campaniforme e suas relações com o Sudeste espanhol.

II-Descrição dos trabalhos efectuados nesta segunda
campanha

Como se pode ver, ao comparar as plantas e cortes do 1º e 2º relatórios, realizamos em 1967 o levantamento e estudo do resto que havia ficado da necrópole eneolítica estabelecida na gruta.

Conseguimos individualizar mais as sepulturas nº7,8,9 e 10, um depósito de ossos com espólio a que chamamos o ossário com o numero 11, e um esconderijo ou tesouro, numa fenda da rocha perto da sepultura nº 1 escavada em 1966. Este esconderijo ~~abundante~~ revelou-se muito rico em material arqueológico.

Podemos além disso completar a estratigrafia geral do depósito da gruta.

Fig. 23 - Primeira página dactilografada do Relatório da 2.ª e última campanha de escavações realizada na Lapa do Bugio, datado de 10 de Junho de 1968, enviado à Fundação Calouste Gulbenkian.



Apesar das limitações impostas pela realidade em que se encontrava a necrópole antes do início dos trabalhos de 1966, os trabalhos conduzidos por O. da Veiga Ferreira com o contributo do sempre presente Rafael Monteiro (Fig. 24), contribuíram decisivamente para a salvaguarda dos espólios ainda ali conservados, através da sua recuperação, registo e publicação, a par da caracterização da própria estação arqueológica e do modo como a mesma se constituiu, conferindo-lhe uma importância ímpar no mundo funerário das primeiras sociedades camponesas do Ocidente peninsular.



Fig. 24 – Foto tirada no decurso das escavações em 1966 ou 1967, observando-se, da esquerda para a direita, dois colaboradores não identificados, Rafael Monteiro e O. da Veiga Ferreira.

4 – Considerações finais

A Lapa do Bugio conheceu, através das diversas intervenções nela realizadas, uma história recheada de ocorrências nefastas e positivas, em parte explicadas pela sua fácil acessibilidade e natural interesse que despertava, pela riqueza dos seus espólios arqueológicos e antropológicos.

Reconhecido por Rafael Monteiro o seu interesse científico no dia 16 de Outubro de 1957, logo se gizou um primeiro programa de investigações arqueológicas, com Eduardo da Cunha Serrão. As escavações, iniciadas ainda nesse mesmo mês de Outubro, e mesmo antes que este arqueólogo comparecesse no local, prosseguiram pelo menos até finais de Novembro, mas já sem a participação de Cunha Serrão, por desentendimentos quanto à forma de proceder para a oficialização dos trabalhos.



Sanados tais desentendimentos, nova campanha de escavações, de curta duração, se realizou em Dezembro de 1958, por certo relacionada com a apresentação ao 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, reunido naquele mesmo mês de Dezembro em Lisboa, a qual contou a participação de diversos estudantes universitários. Mas novamente a colaboração entre ambos se desfez.

Em Novembro de 1961, curta estada de J. R. dos Santos Júnior com o fito de recolher material osteológico e, em Outubro de 1962, outra intervenção mais prolongada de Agostinho Farinha Isidoro, com o mesmo propósito, provocaram danos irrecuperáveis nos depósitos arqueológicos ainda intactos do interior da gruta, agravados, na mesma altura, por uma iniciativa semelhante da parte de estudantes de um Liceu de Lisboa, a que se sucedeu, em Julho de 1964, e de novo por iniciativa de Agostinho Farinha Isidoro, e com o mesmo objectivo, nova depredação da gruta.

Deste modo, há que separar claramente as características da primeira intervenção, em que participou Eduardo da Cunha Serrão, das restantes. Na verdade, deve reconhecer-se que naquela, ao contrário do que se verificou nas seguintes, houve a preocupação de aplicar princípios metodológicos que, genericamente, ninguém pode pôr em causa. No entanto, tais cuidados foram desacompanhados de regras igualmente básicas, como o estabelecimento de um sistema de referência uniforme, cuja ausência é agravada, no caso, pela falta de um levantamento topográfico prévio da gruta, indispensável à implantação rigorosa das áreas escavadas, substituído por um simples desenho à vista da mesma. Ainda que as fragilidades metodológicas se afigurem hoje evidentes, há que situar a intervenção de 1957 na época em que foi realizada, para se concluir que a intenção de realizar um trabalho rigoroso e metodologicamente válido, dentro das limitações vigentes, a que acresce a pouca ou nenhuma prática arqueológica dos restantes participantes nos trabalhos, com excepção do próprio Cunha Serrão, é indiscutível.

Situação muito distinta é a das intervenções de 1961, 1962 e 1964, realizadas sem o devido suporte legal e movidas unicamente pelo objectivo de obter espólios antropológicos do interior da gruta que, a terem prosseguido, levariam inexoravelmente à destruição completa da necrópole.

Era esta a situação em que a gruta se encontrava até ao estabelecimento de um programa de trabalhos, elaborado em 1964 e 1965 por O. da Veiga Ferreira e Rafael Monteiro, com o objectivo de proceder à escavação arqueológica da necrópole, de forma faseada e total. Juntava-se assim o responsável pela identificação da jazida a um arqueólogo tecnicamente experiente e especialmente preparado para a escavação desta necrópole, atendendo à experiência acumulada na escavação dos concheiros de Muge em continuidade, desde 1952, até à data da realização desta intervenção, onde teve a oportunidade, até agora única em Portugal, de escavar dezenas de sepulturas com a qualidade evidenciada pelos resultados que foram sendo sucessivamente publicados (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000). Acresce que o seu nome se encontrava institucionalmente associado aos Serviços Geológicos de Portugal, contando também com o apoio científico de Georges Zbyszewski, o que



resolvia eventuais dificuldades na obtenção da necessária autorização administrativa para a realização dos trabalhos.

Contudo, para as escavações poderem realizar-se, importava, para além de algum apoio logístico daquela instituição, o que de facto veio a verificar-se em termos de transportes e deslocações, dispor de suporte financeiro, por escasso que fosse. Foi assim que, seguindo a prática de outros arqueólogos seus contemporâneos, como Fernando de Almeida, para as escavações na Egitânia (Idanha-a-Velha), ou Abel Viana, para o castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique), O. da Veiga Ferreira solicitou à Fundação Calouste Gulbenkian o apoio financeiro indispensável. Não deixa de ser interessante, a este propósito, verificar que em ambos os Relatórios apresentados se destaca o agradecimento a Fernando de Almeida, que então dirigia o projecto da Carta Arqueológica de Portugal da iniciativa daquela Fundação, e com quem Veiga Ferreira tinha então excelentes relações pessoais.

Obtido o financiamento necessário, e depois de terem sido estudados os espólios recolhidos anteriormente e conservados no Museu Arqueológico de Sesimbra, dependente da respectiva autarquia, foram iniciadas as escavações, que decorreram entre os meses de Abril e de Setembro de 1966, depois de se ter levantado pela primeira vez, com rigor, a topografia da gruta. Foi assim possível proceder à implantação rigorosa das seis sepulturas identificadas, nas quais as posições dos inumados foram reconstituídas com base nos restos humanos que ainda jaziam no terreno, registando-se ainda a estratigrafia, e a associação dos espólios com cada uma daquelas estruturas.

No ano seguinte, beneficiando de novo apoio financeiro da mesma Fundação, os trabalhos realizaram-se entre Setembro de Dezembro, tendo sido ainda possível identificar mais quatro sepulturas de inumação individuais, totalizando dez. A cada uma delas, associaram-se importantes espólios funerários, aumentando assim o conjunto recolhido no ano anterior. De sublinhar a aparente facilidade com que O. da Veiga Ferreira recuperou as informações primitivamente ocupadas pelos corpos dos inumados, e a forma simples mas expressiva e rigorosa como os desenhou na planta geral a esferográfica, devido à prática acumulada nas escavações dos concheiros de Muge.

De especial importância foi a identificação, na campanha de 1967, de um osário, constituído por acumulação de ossos humanos encostados a um sector inclinado da parede da gruta e delimitados por um murete de pedras, contendo na base uma placa de xisto características únicas, com a representação gravada, na sua parte central, de um ídolo almeriense. Próximo, e no mesmo ano, identificou-se um depósito votivo, aproveitando uma fenda no chão da gruta formada entre dois blocos caídos do tecto. Escavada até o fundo, identificou-se uma acumulação organizada de baixo para cima por deposição arrumada de artefactos de pedra polida, sobrepostos por lâminas, e no topo por conjunto de peças mais diversificado, sendo encimado por um vaso globular, ainda intacto. Estas duas ocorrências bastariam para conferir, à Lapa do Bugio, a par do conjunto das sepulturas individuais que ainda foi possível



identificar e escavar adequadamente, um lugar ímpar no conjunto das grutas funerárias neolíticas e calcolíticas do território português.

Em suma: a Lapa do Bugio, que se encontrava intacta até à realização das primeiras investigações realizadas em 1957, seguindo metodologia científica cuja prática ainda não estava completamente compreendida por parte dos seus utilizadores, quanto aos seus objetivos e limitações, conheceu logo a seguir um período verdadeiramente negro, correspondente aos anos de 1961 a 1964 que, a ter prosseguido, conduziria inexoravelmente à destruição total da necrópole. Felizmente que a partir de 1965 foi possível conduzir os trabalhos de forma cuidada e verdadeiramente científica, permitindo a recuperação da informação ainda conservada no terreno, com o registo das características das deposições funerárias e as suas relações com os respectivos espólios arqueológicos, fazendo corresponder a esta necrópole uma das mais importantes das comunidades que, no Neolítico Final, e no decurso do Calcolítico, enterraram os seus mortos no alto daquela escarpa rochosa, numa paisagem de verdadeiro “fim do mundo”.

Referências

CARDOSO, J. L. (1993) – Primeira campanha de escavações realizada na Lapa da Furada (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 3, p. 15-17.

CARDOSO, J. L. (1997) – A cronologia absoluta do depósito arqueológico da Lapa da Furada - Azóia, Sesimbra: seu significado e incidências rituais e culturais. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 6, p. 10-15.

CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.

CARDOSO, J. L. (2020) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras, Portugal). In R. VILAÇA & R. S. AGUIAR, ed. *(I)mobilidades na Pré-História. Pessoas, recursos, objectos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 91-133.

CARDOSO, J. L. (2021) – A ocupação do Neolítico Médio da Lapa do Fumo (Sesimbra) e a sua cronologia absoluta. *Akra Barbarion*. Sesimbra. 5, p. 15-34.

CARDOSO, J. L. (2021) – The fortified chalcolithic settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra, Portugal). An account of the excavations conducted between 2005 and 2016. *Madrider Mitteilungen*. Verlag Schnell & Steiner GmbH. 62, p. 35-99.

CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10: 89-225.

CARDOSO, J. L. & CUNHA, A. Santinho (1995) – A Lapa da Furada (Sesimbra). *Resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.



COITO, L. C.; CARDOSO, J. L. & MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos - fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo.

GONÇALVES, V. S. (1970) – Sobre o Neolítico na Península de Setúbal. II – A propósito de duas placas de xisto, da Lapa do Bugio. *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 413-421

ISIDORO, A. F. (1963) – A Lapa do Bugio (necrópole pré-histórica da Azóia). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (2), p. 178-186.

ISIDORO, A. F. (1964) – Estudo do espólio antropológico da gruta neo-eneolítica do Bugio (Sesimbra). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (3/4), p. 221-284.

ISIDORO, A. F. (1967/1968) – Espólio arqueológico da gruta do Bugio. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20 (3/4), p. 347-355.

MONTEIRO, R. & SERRÃO, E. Cunha (1959) – Estação Isabel (necrópole pré-histórica da Azoia). *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 407-429.

MONTEIRO, R.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1967) – Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio (Azoia). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 77 (3/4), p. 3-8.

MONTEIRO, R.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1971) – Nota preliminar sobre a lapa pré-histórica do Bugio (Azoia – Sesimbra). *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional da Educação. 1, p. 107-120.

SERRÃO, E. Cunha (1967) – As grutas de Sesimbra. II – Duas grutas da região de Sesimbra contendo materiais arqueológicos atribuíveis à cultura do vaso campaniforme, vistas pelo arqueólogo Octávio da Veiga Ferreira. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra, 1, p. 106-109; 113-122.

